

ALBERTO MARCIANO GORJÃO FRANCO NOGUEIRA

Diplomata, Defensor dos Interesses Permanentes de Portugal



Nasce a 17Set1918 em Vila Franca de Xira; filho de um magistrado.

Estuda no Faial no Liceu Manuel de Arriaga, e em Lisboa no Liceu Pedro Nunes.

Em Jul1935 inscreve-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluindo em Jul1940 a licenciatura: entretanto, *«tivera uma formação de “esquerda liberal”, dedicando-se [desde 1939 no vespertino “Diário Popular”] algum tempo à crítica literária e tendo colaborado no semanário “O Diabo”»*¹.

Em Out1941 ingressa por concurso no Ministério dos Negócios Estrangeiros e inicia carreira como adido de legação.

Em Jan1946 cessa a colaboração jornalística e chega a Tóquio como encarregado de Negócios na legação portuguesa.

Em Jul1950 regressa a Lisboa como cônsul de 2ª classe e retoma a crítica literária no jornal *«A Semana»*.

Em 1953 desloca-se a Moçambique e ao Quênia em missão de serviço como cônsul de 1ª classe; nesse ano cessa a colaboração jornalística; e em 1954 publica *«Jornal de crítica literária»*.

Em Mar1955 segue para Londres como cônsul-geral de Portugal.

Em Out1956, tendo integrado em Genebra a delegação portuguesa à 40ª Conferência da OIT, colabora na *«convenção suplementar para a supressão da escravatura»*; e em Nov1956-Fev1957 faz parte da missão portuguesa à XI/AG-ONU.

Em 1957 publica a monografia *«A Luta pelo Oriente»* (2ªed. 1962), sendo promovido a conselheiro de legação.

Em Fev1958 regressa ao MNE como ministro plenipotenciário de 2ª classe.

Em 14Ago1958 assume funções de adjunto do director-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna.²

Em 23Nov1959, entretanto promovido a ministro plenipotenciário de 1ª classe, é nomeado pelo MNE como director-geral de Negócios Políticos, participando seguidamente no areópago da ONU, junto do embaixador permanente Vasco Vieira Garin, em diversas sessões da Assembleia-Geral: *«Iniciam-se então os seus combates em defesa da política ultramarina portuguesa, crescentemente contestada à medida que novos países entram para a ONU; no IV Comité, notabiliza-se na resposta aos ataques do bloco afro-asiático»*.

No início de 1961 publica *«As Nações Unidas e Portugal»* (2ªed. 1962, 3ªed. 1970).

Em 16Abr1961 é convidado pelo PM Salazar a aceitar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em 04Mai1961 toma posse: 3 dias depois está em Oslo, onde se encontra com o secretário de Estado dos EUA Dean Rusk.

Em 15Mai1961 agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique.

Em 07Ago1961 recebe em audiência no MNE, o embaixador norte-americano Burke Elbrick.

Em 20Out1961 é recebido na Casa Branca pelo presidente Kennedy.

Na tarde de 09Dez1961 recebe em audiência no MNE o conselheiro da embaixada norte-americana Xantaky e na noite de 17Dez61 convoca o embaixador Elbrick.

Ao fim da manhã de 13Fev1962 recebe em audiência o mesmo embaixador, que em 20Fev1962 é convocado.

Em 25Mar1962 conversa no Ritz de Lisboa, com o chanceler brasileiro Santiago Dantas e o embaixador Bernardes, sobre os “refugiados” Delgado e Galvão.

Em 10Abr1962 recebe em audiência o embaixador da RFA.

Na noite de 04Mai1962 encontra-se em Atenas com o secretário de Estado Dean Rusk durante recepção na embaixada dos EUA, por ocasião da reunião interministerial do Conselho da NATO.

Em 16Mai1962 acede em Lisboa a receber o jornalista norte-americano Constantine Brown.

Em 21Mai1962 recebe em audiência o embaixador brasileiro Negrão de Lima.

Na noite de 27Jun1962 recebe no aeroporto de Lisboa o secretário norte-americano Rusk, para ronda de conversações que na manhã seguinte prossegue no MNE, antes de aquele governante norte-americano ser recebido pelo PM Salazar.

Em 10Jul1962 recebe em audiência o embaixador britânico Sir Archibald Ross.

Em 20Ago1962 recebe em audiência uma delegação catanguesa chefiada pelo chefe-de-gabinete do respectivo MNE, acompanhado por um oficial catanguês e dois conselheiros europeus.

Em 22Ago1962 recebe em audiência o embaixador brasileiro Negrão de Lima (que dias antes havia sido chamado ao Rio de Janeiro pelo novo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, ex-representante permanente do Brasil na ONU). E no dia seguinte recebe em audiência o embaixador da RFA (recém-regressado de férias no seu país).

Em 28Ago1962 volta a receber o embaixador do Brasil.

Em 29Ago1962 convoca o embaixador norte-americano Elbrick; e em 06Set1962 recebe em audiência o embaixador japonês.

Em 24Out1962 é recebido em Washington no Departamento de Estado pelo secretário Rusk, com quem almoça; seguidamente é recebido na Casa Branca pelo presidente Kennedy.

Em 09Nov1962 recebe no MNE o jornalista Peter Lessing (em trânsito por ter sido convidado a visitar Angola); ainda no mesmo dia, recebe em audiência o embaixador britânico (regressado de visita a Angola e Moçambique).

Em 27Nov1962 recebe em audiência o embaixador japonês.

Em 10Dez1962 recebe em audiência o nuncio apostólico monsenhor Furstenberg (regressado de Roma).

Em 15Dez1962 é recebido na embaixada dos EUA pelo secretário de Estado, Rusk.

Em 29Jan1963 no MNE recebe em audiência o embaixador britânico Ross (recém-regressado de férias no seu país).

Em 13Fev1963 convoca o embaixador sul-africano; e à noite durante uma recepção na embaixada do Paquistão, conversa com o embaixador britânico.

Em 28Fev1963 recebe em audiência o encarregado de negócios da Indonésia.

Em 05Mar1963 recebe em audiência o embaixador britânico (que havia sido chamado a Londres).

Em 07Mar1963 recebe em audiência o embaixador do Japão.

Em 09Abr1963 recebe em audiência o embaixador brasileiro Negrão de Lima (recém-regressado de um mês de férias no seu país).

Em 11Abr1963 convoca o embaixador britânico.

Em 29Mai1963 em Washington participa numa cimeira interministerial da NATO; e nesse mesmo dia é recebido a seu pedido na Casa Branca pelo presidente Kennedy (que festeja o 46º aniversário).

Em 15Jun1963 no MNE recebe em audiência o político norte-americano Richard Nixon.

Em 07Ago1963 recebe em audiência o embaixador britânico Ross; e seguidamente o embaixador francês.

Em 16Ago1963 recebe em audiência o embaixador norte-americano Elbrick, que convida para almoçar no dia 21 em Óbidos; o qual recebe novamente em audiência na manhã de 22 (antes daquele partir para os EUA em 28, devendo chegar a Lisboa no dia 29 o subsecretário de Estado sr. Georges Ball, enviado especial do presidente Kennedy para conversações com o PM Salazar).

Em 29Ago1963 agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Nesse mesmo dia, encontra-se no Ritz de Lisboa com o subsecretário de Estado Georges Ball (estando presentes o embaixador português Pedro Theotónio Pereira e o seu homólogo norte-americano Elbrick, o funcionário Blue da respectiva embaixada e o secretário do sr. Ball).

Na manhã seguinte, prossegue conversações com o subsecretário norte-americano, o qual seguidamente é recebido em São Bento pelo PM Salazar (na presença do MNE português e do embaixador norte-americano).

Em 16Set1963 acompanha o PR Américo Thomaz em viagem oficial a Angola.

Em 03Out1963 recebe em Lisboa em audiência, o embaixador brasileiro Negrão de Lima; e seguidamente o núncio apostólico monsenhor Furstenberg.

Em 15Out1963 encontra-se no areópago de Manhattan com o homólogo tunisino Mongi Slim (a pedido deste); no dia seguinte conversa com o homólogo marroquino Belafrej (igualmente por iniciativa deste); e dois dias depois na sala dos delegados da AG/ONU, é procurado pelo homólogo ghanês Alex Quason-Sackey (conhecido de Londres e com o qual mantém longa conversação).

Em 20Out1963 encontra-se em Nova Iorque com o guinéu comunista secretário-geral da OUA Diallo Telli.

Em 07Nov1963 é recebido em Washington na Casa Branca pelo presidente Kennedy.

Em 1964 publica «*Política Externa Portuguesa*».

Ao início da manhã de 27Set1964 desembarca em Luanda, a convite da Associação Comercial, a fim de proferir uma conferência integrada nas comemorações do centenário daquela instituição; e depois desloca-se ao noroeste de Angola.

Em 1966, em consequência da “Crise da Beira”, desloca-se a Moçambique; e em 01Jul1966 em Lisboa é agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Em 1967 publica «*Terceiro Mundo*» (2ªed. 1969).

Em 1969 publica «*Coordenadas da crise contemporânea*»; e em 06Out1969, «*incompatibilizado politicamente com Marcelo Caetano*», resigna ao cargo de MNE; decorridos 20 dias é eleito pela ANP de Lisboa, deputado à X Legislatura da AN.

Simultaneamente exerce o cargo de administrador por parte do Estado, no CFB (empresa maioritariamente participada por capitais da Tanganyika Concessions sediada em Londres).

Em 1970 publica «*Debate Singular*»; e em Mai1970 é nomeado representante de Portugal na assembleia parlamentar da NATO e embaixador na ONU (onde participa em debates na AG e no CS, substituindo Vasco Garin que passa a embaixador em Washington).

Em Fev1971 conclui, sob o título «*As Crises e os Homens*»³, a sua resposta à alienante “Revisão Constitucional”.

Em 1973 cessa todas as funções na NATO e na ONU, sendo a partir de Nov1973 Procurador à Câmara Corporativa.

Em 28Set1974 é detido em Lisboa por ordem de Vasco Gonçalves ao COPCON - sob acusação de «*pertencer a uma associação de malfeteiros*» -, ficando encarcerado no Forte de Caxias, sem culpa formada.

Em 13Mai1975, após intervenção diplomática do governo britânico, é libertado.

Sem fortuna pessoal e sem o vencimento a que tem direito, exila-se em Londres, onde escreve: «*O vento e as grades*» (poemas, 1975); «*Salazar*» (os três primeiros [de seis] volumes, num total de 2963 págs, publicados em 1977-1985); «*Diálogos interditos: a política externa portuguesa e a guerra de África*», (dois volumes editados pela *Intervenção*, Braga Fev-Mai1979); e «*A actualidade de Camões e a consciência nacional*» (1980).

Em 1981 regressa a Lisboa, onde exerce cátedra na Universidade Livre (1981-86), UAL (1986-87) e ‘Lusiada’ (1987>), ao mesmo tempo que retoma a actividade literária: «*História de Portugal: 1933-1974*», (1981); «*Um político confessa-se: diário 1960-1968*», (1986); «*Cartas de João Franco ao Conde Arnoso*» (1989); «*Elogio do embaixador Eduardo Brasão*» (1991); e «*Juízo Final*» (1992, 7ªed. 2000)⁴. «*Acabou administrador do Grupo Espírito Santo*»⁵.

Morre no dia 14Mar1993 em Lisboa, ficando sepultado na sua terra natal «*como um simples camponês*».

Em 25Fev2000, no Palácio das Necessidades (sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros), é apresentado o livro «*Embaixador Franco Nogueira (1918-1993) – Textos Evocativos*», publicado pela *Civilização Editora* com cerca de 80 testemunhos compilados por Gonçalo Sampaio e Mello, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa; o qual, no final daquele mesmo dia, no salão nobre do Palácio da Independência profere alocução evocativa, de que a imprensa ressalta uma afirmação do homenageado:

- «*Descolonizar - constitui a maior vergonha de oitocentos anos de história da Nação Portuguesa*».

Seguem-se excertos de três entrevistas, concedidas no exílio londrino (e publicadas no livro «Juízo Final»):

- [P] *Como definiu as grandes linhas que orientaram a sua política? Disse-me uma vez que, no que dizia respeito ao Ultramar português, as vicissitudes eram as mesmas, apenas a nomenclatura ou os pretextos mudavam, segundo as épocas e as ópticas?*⁶
- [FN] *Desde que Portugal sentiu necessidade, para sobreviver, de procurar pontos de apoio para além do continente europeu, e a partir do momento em que perdeu a sua força militar para manter exclusivamente através dela esses pontos de apoio, e quando outras nações europeias se lançaram também na expansão ultramarina, Portugal passou a ser, ciclicamente e através dos séculos, vítima de ataques. Esses ataques eram sempre cobertos por uma ideologia que justificava os imperialismos das outras potências em relação aos territórios portugueses. Chamou-se em primeiro lugar a liberdade dos mares; depois vieram as doutrinas do anti-esclavagismo (repare que não estou a defender o esclavagismo, aliás praticado por todos e não só por Portugal, mas a dizer que, por detrás de uma posição, evidentemente sã, manobravam grandes interesses políticos e materiais), das esferas de influência, dos mandatos, da autodeterminação, etc. Em todos os momentos, fomos atacados. Sempre com o mesmo motivo: Portugal em África era um embaraço à política alevantadamente idealista das grandes potências. Tudo foi sempre a capa ideológica e a concepção doutrinária que permitiu mascarar a intervenção das grandes forças internacionais e dos grandes impérios para restabelecerem, à custa dos mais fracos, um equilíbrio que dificilmente encontram entre eles próprios. E é evidente que, dada a importância e a posição dos territórios ultramarinos portugueses, as cobiças por eles suscitadas eram imensas, e não poderiam ficar imunes à planificação que esses próprios impérios faziam dos seus objectivos mundiais. E era desta realidade que a mim me parecia importante que os Portugueses se tivessem apercebido. Tratava-se de mais um ciclo de ataques e de críticas como nos séculos passados. A História não muda tanto como se pensa. Creio que já alguém disse que o que muda são as perguntas que nós fazemos à História.*

[..]

- [P] *Não considera então que a descolonização feita pelo 25 de Abril pode, de algum modo, ter sido um efeito, uma consequência de nada estar preparado, de nunca se haver avançado um passo, de sempre se terem defendido as mesmas ideias, e da mesmíssima maneira?*⁷
- [FN] *“Preparado”... como? “Avançado um passo”... em que sentido? Era esse o erro: haver em alguns a ideia de que se poderia avançar um passo ou dois, e depois parar quando se quisesse. Bem vê: se na conjuntura que era a da época se avançasse um passo, só poderia ser no sentido do que os interesses alheios pretendiam. Pensa que eles se contentavam com um passo apenas? Suponha que se declarava que ia ser dada independência a Angola e a Moçambique dentro de dez anos, ou mesmo dentro de cinco. Diga-me uma coisa; acha que as Nações Unidas, a União Soviética, os Afro-Asiáticos, iam cessar os ataques e ficar silenciosos e quietos durante esses anos? Sinceramente, alguém pode achar isso? Não vê que a pressão feita para que se declarasse a independência seria transferida para o encurtamento do prazo? E não se vê que o simples anúncio de uma nova política cria logo a velocidade dessa mesma política? Bem sei: alegavam-se os ventos da história, os exemplos inglês ou francês, os novos Brasis que se poderiam fazer de Angola ou Moçambique, etc. Em relação ao primeiro ponto, há que ter em atenção não haver qualquer analogia entre a situação portuguesa e a da França e da Inglaterra. Porque a França e a Inglaterra são grandes potências, com grandes recursos financeiros, económicos, técnicos, científicos, industriais e militares. O que lhes permitiu realizar uma descolonização em nome da autodeterminação, que foi apenas uma tentativa de reconversão da soberania própria. Reconversão que incidiu sobre dois pontos: o primeiro foi que, pela sua capacidade económica, técnica, militar, etc., a França e a Inglaterra estavam em posição de descolonizar e poder continuar a ser, para esses povos, centros de atracção como eram anteriormente. E essa mesma capacidade política, e essa força de que dispunham os dois países, permitiam-lhes evitar que terceiros se substituíssem à França ou à Inglaterra na influência dos territórios. Portugal não era a França nem a Inglaterra. E era muito claro que uma vez quebrados ou enfraquecidos os laços políticos, todos os outros laços desapareceriam. Muitos pensavam que se poderia fazer uma descolonização mantendo os laços económicos e financeiros e culturais. Como se as grandes forças internacionais que nos atacavam estivessem interessadas, graciosamente, em permitir a Portugal que mantivesse esses laços económicos e financeiros, e outros interesses, aliás legítimos, nos antigos territórios ultramarinos. Era uma pura ilusão. Quanto ao segundo ponto: a ideia de que Angola e Moçambique eram semelhantes ao Brasil. Por que não fazer destes territórios novos Brasis? Esquecia-se este pormenor: a independência do Brasil tinha sido feita pelos colonizadores, a independência de Angola e de Moçambique só seria legítima no plano internacional quando feita exclusivamente pelos colonizados. Ou então teria de se dizer que a independência de Angola e de Moçambique deveria ser dada aos brancos, fazendo daí duas Rodésias. Parece que não era isso também que a comunidade internacional desejaria. Nem essa solução estava na linha ideológica da política seguida: a construção de sociedades multirraciais não era uma ideia vã, nem artificial.*

- [P] *Como encara a presente conjuntura portuguesa e vê a sua evolução próxima futura?*⁸
- [FN] *Por estar longe, não estou bem informado, mas reajo como qualquer português, ao que suponho: com a maior amargura e apreensão. Julgo que Portugal não atravessou, depois de 1580, uma crise mais grave. Talvez a de hoje seja ainda mais séria porque os nossos recursos são agora infinitamente mais pobres. Do ponto de vista económico e financeiro, penso haver unanimidade em classificar a situação de catastrófica. É hoje tão pesada a dívida externa, e desbarataram-se tantos haveres nacionais, que bem se pode afirmar ter o País perdido a sua autonomia de decisão. Quantas gerações serão precisas para pagar o que devemos e reabilitar o País? Do ponto de vista político, e tanto quanto posso acompanhar a situação, julgo que atingimos um caos que nos avilta. O debate político e partidário não se*

processa em torno de ideias ou de princípios, mas em torno de homens ou de grupos; e a luta que estes travam orienta-se por ambições pessoais, por despeito ou ressentimento, por intrigas, até por birras. Trata-se de saber como ultrapassar o rival ou adversário em astúcia, em capacidade de manobra, desferindo golpes de surpresa, negociando combinações, procurando alianças que se fazem ou desfazem, e tudo isto com base na clientela, no compadrio e não no desejo de resolver problemas nacionais. Hoje, a filiação num partido não se determina por afinidades ideológicas ou de princípios, mas pelo oportunismo, ou pela esperança de auferir benefícios, geralmente de ordem material - um lugar, um negócio, uma comissão, qualquer coisa. Outros filiaram-se de boa-fé e sentem-se traídos. Por isso creio ser imensa a multidão dos desiludidos, dos frustrados. E o mais grave é ainda a indiferença, o alheamento, a apatia em que o Povo Português parece mergulhado: não acredita nos homens, não acredita nas instituições, dir-se-ia duvidar de si próprio. Por isso todo o esforço é havido por inútil, nada parece valer a pena, nada parece ser possível tentar. Para quê trabalhar se não há incentivos? Para quê tomar iniciativas se estas são cerceadas? Para quê tentar fazer mais e melhor se a recompensa é idêntica à do que fizer menos e pior? Além de uma crise económica e de uma crise política, há assim uma profunda crise moral. Quanto à evolução, próxima ou futura, julgo que ninguém, seriamente e com sentido de responsabilidade, pode fazer previsões. Tudo pode acontecer. E tudo a meu ver depende da ressurreição da consciência nacional. Mas não podemos ou devemos perder a esperança.

- [P] *Portugal está ou não a caminhar suavemente para uma colectivização da sociedade portuguesa?*⁹
- [FN] *Suavemente? Eu diria, ao contrário, que essa colectivização se processa velozmente. E desastrosamente para o País, acrescentarei. Em harmonia com um plano concebido de longa data, realizaram-se as nacionalizações de Março de 1975; foi um golpe apressado e atrabiliário que era preciso vibrar na economia portuguesa, para a destruir, antes da institucionalização da revolução. E bem vê: os actos políticos e os sistemas têm a sua lógica interna e a sua dinâmica própria. De posse dos meios facultados por aquelas nacionalizações, os mesmos passaram a ser utilizados, não em favor da Nação mas em favor da oligarquia política, e não para investimentos ou expansão de empresas; depois, as empresas, tanto públicas como privadas, passaram a ser administradas de harmonia com critérios políticos, e os créditos passaram a cobrir os deficits da má exploração. Sobre uma produção e uma produtividade que baixaram, foi aumentada a carga fiscal; mas como a matéria colectável vai decrescendo, uma incidência tributária altíssima vai produzindo cada vez menos receitas. Quero dizer, pagam-se cada vez mais impostos sobre rendimentos cada vez menores em termos reais. Daqui resulta o atrofiamento de toda a actividade, de toda a iniciativa. Põe-se como limite ao trabalho, não a capacidade de cada um mas o que vale a pena trabalhar, isto é, para além de certo limite não importa trabalhar porque tudo será absorvido pelo imposto. Há assim um incitamento à ociosidade. Em Portugal, o imposto não tem hoje um carácter social e de justiça correctiva, mas de extorsão aflitiva de recursos. E é a esta colectivização que tem sido conduzido o País: é a socialização pela miséria. Pode dizer-se com verdade, e com tristeza, que Portugal é um País do quarto mundo. Mais dramático do que tudo, é isto: da parte de alguns, são estes os resultados que precisamente se pretendem.*
- [...]
- [P] *Além da alternativa do Mercado Comum, poder-se-iam encarar outros aspectos, outras soluções. Por exemplo: futuro arranjo da Península; Portugal a desempenhar um papel na esfera internacional (designadamente na forma de envio de tropas para África ou outras regiões, ao serviço da ONU e da países estrangeiros); Portugal protectorado ou colónia de qualquer potência. Que pensa destas hipóteses, aliás já levantadas por alguns sectores?*¹⁰
- [FN] *Veja até onde a revolução de Abril e o desânimo e o desespero já conduziram os Portugueses! Certamente faz-me estas perguntas como reflexo de interrogações que andam no ar em Portugal. Pergunto-lhe eu: antes do 25 de Abril sentiria necessidade de formular tais interrogações? Penso bem que não. Mas não sei o que hei-de entender por arranjo peninsular. Se se trata de boas relações de vizinhança, dentro de absoluto respeito mútuo, ou de cooperação independente no que for de interesse recíproco, creio que nisso todos estaremos de acordo. Se se trata de qualquer outra coisa, não vejo que construção política ou económica se possa fazer que respeite e garanta a independência e a soberania de Portugal. Quererá referir-se ao iberismo? Quererá aludir às teses de federação ou integração peninsular? Mas todas essas teses são simplesmente suicidas. Não sejamos ingénuos. Não acreditemos que o iberismo seja solução para qualquer problema português, salvo se quisermos perder a independência. Quanto aos outros aspectos que toca, parece-me o seguinte. Desempenharemos no mundo o papel que um Povo de dez milhões, diferenciado e dotado de vontade própria, quiser desempenhar, condicionado decerto pelos seus recursos, mas aproveitando-os até ao limite máximo. Isto exclui a ideia de qualquer hipótese de protectorado ou colónia. Eu sei, nós sabemos que Portugal é um País em crise. Mas então essa crise vai ao ponto de se haver esgotado todo o patriotismo, todo o brio, todo o amor-próprio nacional? Já não há corações portugueses? A juventude já não vibra com Portugal? Somos mercenários de interesses alheios? Julgo que isso repugna à sensibilidade do Povo Português. Para os Portugueses não há sucedâneo ou alternativa para a independência.*
- [P] *Tem-se pretendido definir a política interna portuguesa anterior ao «25 de Abril» como uma sucessão de malogros e infelicidades em relação aos verdadeiros interesses nacionais. Parece-lhe justa a asserção e merecido o anátema que se tem lançado sobre a diplomacia portuguesa anterior à revolução?*¹¹
- [FN] *Repito-lhe a observação que fiz quanto à pergunta anterior: uma política julga-se em função dos objectivos que se propõe e dos resultados que alcança. Toda a política implica riscos e sacrifícios. E uma política é boa quando os benefícios obtidos são superiores aos prejuízos sofridos. Ora qual era o objectivo da política externa portuguesa antes do 25 de Abril? Em síntese grosseira, era manter o Ultramar na Nação Portuguesa; evitar a formação de uma coligação de forças hostis que fosse invencível; obter o maior número possível de auxílios que nos ajudassem a defender-nos. Eu*

penso que os resultados foram alcançados. Ou não foram? A ideia dos malogros, das infelicidades e do anátema que é agora lançado, tem outras razões que se filiam no que parece ser uma velha e desgraçada ideia, e que é esta: só está certo e corresponde aos interesses portugueses o que tiver o aplauso dos estrangeiros. E não se vê que os outros apenas nos aplaudem quando fazemos o que convém aos seus interesses; porque dos nossos interesses ninguém cuida, se nós não o fizermos. Por que se critica a política externa naquele período? Porque suscitava a hostilidade de muitos círculos internacionais, porque éramos condenados pelas Nações Unidas, porque tínhamos relações difíceis com países importantes, etc. Isto é verdade. Mas o problema parece dever pôr-se de outra forma. E a pergunta que importa fazer penso ser esta: era mais importante para Portugal manter o Ultramar ou evitar a condenação das Nações Unidas? Bem vê: a ONU, inteiramente manipulada pelas grandes forças imperiais, exigia a entrega do Ultramar, sem transigências e negociações; não satisfazer essa exigência implicava a condenação sob a forma de uma resolução aprovada por grande maioria; e portanto não era viável ao mesmo tempo manter o Ultramar e obter o aplauso da ONU. Entre o aplauso de Nova Iorque e a integridade da Nação, que se deveria escolher? O caso de Goa demonstra precisamente que não havia então uma terceira alternativa: a União Indiana queria Goa - e o conflito apenas se evitava entregando Goa. Da parte das elites portuguesas, perante situações semelhantes, surge logo a ideia de transigir, de negociar, de recorrer a habilidades e expedientes, com o intuito de mistificar os outros, como se os outros fossem ingénuos. Tudo foi oferecido à União Indiana: acordos de fronteiras, acordos de segurança, privilégios em Goa, etc. - mas o que aquela queria era Goa. Deveria ser-lhe entregue? Se o fizéssemos, de facto não haveria conflito; mas também não haveria Goa. O que não se teria dito do Governo de então se houvesse entregue Goa?! Às vezes tenho a sensação de que algumas elites portuguesas raciocinam assim: o ourives não tem o direito de exibir jóias na montra porque está a provocar o ladrão e para evitar o roubo é preferível entregar as jóias. Esta é uma imagem simplista, mas que tem muito de verdade. Então, porque uma política pode vir a falhar (repito: é da essência de qualquer política poder vir a falhar) deixa-se logo à partida de executar essa política que se considera preferível? Nenhuma política seria jamais possível se não fosse tentada. Decerto: não se deve tentar uma política sobre que tenhamos a certeza antecipada de que falhará. Era esse o caso? Evidentemente, não. Em suma, para as elites portuguesas apenas é boa uma política que não imponha sacrifícios, nem riscos, e que seja de resultados seguros. Não sei de qualquer política com essas características. Ou então parece existir às vezes uma outra ideia: conseguir ao mesmo tempo os benefícios de uma política e os benefícios da política que lhe seja contrária. O ideal teria sido, neste contexto, manter o Ultramar, não fazer sacrifícios, não haver luta, obter o aplauso de todo o mundo. Ninguém sugeriu, que eu saiba, como se conseguia esse milagre. Mas também neste caso o melhor é deixar à História o julgamento. Não vale a pena afadigar-nos: a História não se deixará iludir. Só direi mais que Portugal era atacado, condenado, porque na defesa dos seus interesses se opunha aos de outros, e por isso era respeitado e ouvido, e acatado na solução de importantes problemas internacionais. Também o é hoje?

- [P] Alguém disse um dia que as revoluções que falham têm significado penal, e as que triunfam têm significado constitucional. Assim, a legitimidade revolucionária depende sempre do seu êxito. Nesta perspectiva, perguntar-lhe-ia se o movimento militar do 25 de Abril (e não vamos aqui discutir se se tratou ou não de uma revolução), para além do sucesso na contagem das baionetas, assentou a sua «legitimidade» em outros factores. Veio o 25 de Abril defender uma escala determinada de valores positivos, ou tratou-se apenas de um movimento hedonista?¹²
- [FN] Há um ditado que sob aspecto jocoso encerra uma profunda verdade, e é produto de grande sabedoria: em política nada há mais bem sucedido do que o sucesso. Os que triunfam passam a ter a força, que se converte em razão, e esta por seu turno converte-se em direito. Mas a sua pergunta, se bem a interpreto, implica ou supõe dois aspectos. Primeiro: havia antes do 25 de Abril um estado de coisas que impusesse uma vasta reforma e que, no caso de esta não ser feita, poderia levar a uma situação revolucionária? Segundo: o movimento do 25 de Abril obedeceu a uma ideologia, possuía uma doutrina, actuou em nome de um projecto político de interesse nacional para bem dos Portugueses? Por mim, responderia afirmativamente à primeira pergunta e negativamente à segunda. Se quiser, explicar-me-ei em breves palavras. Ao cabo de quase cinquenta anos, era inevitável que o regime saído do 28 de Maio de 1926, apresentasse graves defeitos, e tinha-os na verdade. Muito havia a manter; muito havia a melhorar e a ampliar; mas muito havia também a corrigir, a substituir, a inovar, a rasgar. Para agravar este último aspecto, fora nos últimos anos destruída a mística nacional; a sociedade portuguesa, desprovida de mecanismos de defesa, entregou-se à sua própria destruição, ludibriada e enredada num logro colossal. A política, a sociologia, a história, dizem-nos que uma revolução, como meio de reforma, representa sempre para o povo um atraso, um regresso de dez ou quinze anos. Receio que para Portugal esse período seja muito mais longo. E isto nos conduz ao segundo plano da sua pergunta: que espécie de revolução foi a nossa? Será ainda cedo para uma resposta cabal, ou pelo menos eu não a sei dar. Mas julgo justo e exacto afirmar: a revolução começou por ter um âmbito muito restrito quanto à sua origem e objectivos, que se diriam quase disciplinares e de grupo; dado o estado em que se encontrava a sociedade portuguesa, todavia, forças políticas e ideológicas exteriores logo compreenderam a oportunidade que podiam aproveitar ou provocar, e tomaram em mão um processo que foi rapidamente conduzido sem que a massa do Povo Português se apercebesse do que se passava.
- [P] Apesar das redes de silêncio, já se vão conhecendo melhor os subterrâneos cadaverosos da descolonização. Quais lhe parecem ter sido os motivos da celeridade do processo? E quais as implicações externas e geoestratégicas do mesmo?¹³
- [FN] A celeridade do processo obedeceu a motivos que parecem hoje bem claros. Fundamentalmente, tratava-se de abandonar o Ultramar «antes» que o Povo Português da Metrópole e até mesmo sectores dos habitantes ultramarinos, se apercebessem dos objectivos reais que se prosseguiram, e antes que as potências ocidentais pudessem acaso concertar-se e dizer uma palavra na matéria. Quando a realidade surgiu à luz do dia, já tudo estava consumado, e de forma irrevogável. Quanto às implicações externas e geoestratégicas, foram da mais alta importância e gravidade. De repente, o equilíbrio político e militar em todo o Atlântico Sul, e em grande parte do Índico, foi alterado, como o foi na

África Central e Austral. Acha pouco? Repare: porque Portugal estava em África, todo o Atlântico era um lago ocidental e estava seguro; esse Atlântico constituía um «veículo» de comunicação e ajuda entre as duas margens; hoje, sobretudo ao sul, poderá bem ser uma barreira. Há mais: toda a rota marítima pelo Cabo da Boa Esperança estava segura para todos, e hoje há aí uma ameaça para todos. E ainda: estava seguro o acesso ao Índico e à Costa Oriental africana. Por fim: com a segurança dos oceanos circundantes, vinha naturalmente a segurança dos territórios banhados por esses mares e os seus 'hinterland'. E já não falo dos portos, dos aeroportos, dos caminhos-de-ferro, das matérias-primas, etc. Pode afirmar-se que a revolução portuguesa, e a maneira por que foi abandonado o Ultramar, veio modificar os dados estratégicos mundiais e alterar os planos dos Estados-Maiores das grandes potências e, para algumas, torná-los mais difíceis. Note: nada disto tem que ver com o fenómeno da independência das antigas Províncias Ultramarinas, nem me estou a colocar num terreno de expressão imperial ou colonialista. São planos inteiramente diversos. Podia conceber-se aquela independência, em termos reais, sem que por esse facto devessem os territórios cair sob a alçada de poderosas esferas de influência, e sem que fossem usados para objectivos que no fundo não são os desses territórios e dos seus povos. Se ao menos houvessem sido asseguradas a continuação do progresso económico, a aceleração do desenvolvimento material e espiritual, a crescente afirmação da personalidade colectiva, a felicidade, em suma, desses países, então teríamos aspectos positivos no que se fez. Mas é isto que se fez? Infelizmente, não parece. E o que sucede agora, ante os nossos olhos, é que parece constituir verdadeiro imperialismo.

- [P] *Ainda neste ponto, o que pensa sobre as várias teorias de intervenção estrangeira na «descolonização»? Portugal saiu de África sob o chicote das grandes potências ou foi simplesmente vencido porque desistiu de lutar?*¹⁴
- [FN] *No plano dos factos e da História, penso que a intervenção estrangeira, ou as tentativas dessa intervenção, são bem anteriores à «descolonização». Procuravam intervir as grandes potências, no desejo de conquistar posições e as boas graças do «terceiro mundo»; procuravam intervir as grandes forças económicas e financeiras, na busca de mercados e matérias-primas; procuravam intervir as forças ideológicas, em obediência a ideias messiânicas, que reciprocamente se excluíam; e procuravam intervir as Nações Unidas, como reflexo e caixa de ressonância de todas aquelas forças e correntes. Perante a barreira da resistência portuguesa, foram essas forças desistindo a pouco e pouco; e, por virtude da natureza das coisas e da própria evolução do mundo, muitos círculos internacionais começaram mesmo a compreender as virtualidades da política portuguesa, para além dos simples interesses portugueses. Foi a viragem. Por 1970, já estava geralmente aceite que não se podia nem devia contar com uma alteração profunda da política africana de Portugal, em termos radicais e bruscos. Depois, houve um lento escorregar, um deslizar que abalou aquela convicção. Eu não creio, todavia, que na altura em que foi feita a «descolonização» estivesse ainda em acção, pelo menos de forma brutal como antes, o «chicote» das grandes potências. Isto equivale a dizer que fomos vencidos porque desistimos, nos entregámos, nos rendemos, deixámos de «querer» como Povo.*

[...]

- [P] *Em «As Crises e os Homens», que foi livro de cabeceira de gerações descontentes, o senhor exprimiu a tese do divórcio entre a dinâmica popular, patriótica e abnegada, e a estagnação das elites, geralmente antinacionais e desvitalizantes. Quer aplicar essa linha de raciocínio, gerada pelo 25 de Abril?*¹⁵
- [FN] *Essa pergunta também implicaria um volume ou um longo ensaio, para que se pudesse dar uma resposta razoavelmente satisfatória. Numa síntese muito tosca, penso que é exacto dizer o seguinte: ao longo da História de Portugal, em ocasiões de grave crise, algumas elites portuguesas, sem embargo da sua cultura e do seu talento, apresentam-se sem autonomia mental, sem coragem intelectual, sem independência criadora, sem julgamento crítico, sem verdades interiores próprias, sem ligação com o sistema de segredos e de certezas colectivas que constitui uma Nação; por este motivo, são facilmente influenciáveis, impressionáveis, volúveis; por esse mesmo motivo, inconscientemente, insensivelmente, ficam à mercê das ideias alheias, dos princípios estrangeiros, dos interesses de estrangeiros, das novas verdades que os outros lançam pelo mundo para cobertura dos seus objectivos; finalmente, sempre pelo mesmo motivo, passam a ter do País e dos seus interesses uma visão, um conceito, uma ideia, uma concepção que os leva a alinhar com o estrangeiro contra Portugal. Não é que sejam deliberadamente, premeditadamente antinacionais, ou que o sejam até por interesse ou lucro próprio. Há casos desses, decerto, como ficou patente, por exemplo, nas crises de 1380, 1580, 1820. Mas não é a esses que me refiro. Refiro-me àqueles que o fazem por convicção, sinceramente, embora erradamente. Houve excepções eminentes, decerto, e de homens de todos os quadrantes. Mas eu desejaria ficar por aqui nesta matéria...*

citações:

¹ (cit Nogueira Pinto);

² («Relatórios anuais 1942-1955»: MNE (biblioteca diplomática, 8 série A); 1ªed. Lisboa, 2004, 431 págs (24cm), dep.leg PT-216624/04; ISBN 972-9245-38-X);

³ (1ªed. Ática, Ago71, 546pgs; 2ªed. Civilização, 2000, 347pgs (26cm), dep.leg PT-148727/00, ISBN 972-26-1760-5);

⁴ (editora Civilização: 1ªed. 230pgs (22cm), dep.leg PT-60336/92, ISBN 972-26-1009-0; 2ªed. 1993; 7ªed. 217pgs (26cm), dep.leg PT-148063/00, ISBN 972-26-1772-9);

⁵ (Manuel Múrias, in "De Salazar a Costa Gomes", pp.83);

⁶ (Maria João Avelaz, para o semanário "Expresso"; Londres, 1976); ⁷ (idem, ibidem);

⁸ (Alves Fernandes, para o jornal "O Tempo"; Londres, 1979); ⁹ (idem, ibidem); ¹⁰ (idem, ibidem); ¹¹ (idem, ibidem);

¹² (Nuno Rogeiro, para o jornal "O Dia"; Londres, 1981); ¹³ (idem, ibidem); ¹⁴ (idem, ibidem); ¹⁵ (idem, ibidem); ¹⁶ (idem, ibidem)